

# Pandemia faz emergir velhos “mitos e equívocos” sobre avaliação pedagógica!



SANDRA CARDOSO

O artigo “Mitos e equívocos sobre avaliação pedagógica” (Santos, 2019) refere, com alguma expectativa, a situação que as escolas portuguesas estão “hoje” a viver: “uma oportunidade para tornar real uma prática de avaliação formativa e adequar as práticas de avaliação sumativa às aprendizagens que atualmente se preconizam”, alertando para a necessidade de não “desperdiçar” a “oportunidade” e convocando todos para esta demanda: a tutela, os órgãos de gestão da escola e os professores para, com o apoio dos Encarregados de Educação, criarem medidas eficazes para que todos os alunos aprendam.

A “oportunidade” são as políticas educativas vertidas nos Decretos-Lei nº 54 e 55/2018 de 6 de julho, sobre Educação Inclusiva e Autonomia e Flexibilidade Curricular (AFC), respetivamente, e no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO) e penso que não tem sido “desperdiçada”, pois muitos dos

“convocados” empenharam-se nesta tarefa hercúlea de desconstrução de uma gramática escolar há muito cristalizada, assente em pilares frágeis e decadentes, porque desmentidos pela literatura, mas que ainda sustentam conceções obsoletas, porque comprovadamente ineficazes, de uma pedagogia centrada no professor, com base na acumulação de informação, testes standardizados e processos de ensino “uniformes, de tamanho único, pronto a vestir” (Formosinho, 1985), que não serve a diversidade de alunos que “hoje” frequenta a escola até ao 12º ano. Dentre estes pilares, está uma avaliação (pouco) pedagógica, mais preocupada em classificar do que contribuir para a melhoria das aprendizagens destes alunos!

Ora, não seria possível continuar a atuar como se não houvesse conhecimento científico sobre esta matéria, como se não houvesse legislação publicada, que nos orientam, precisamente, no sentido oposto, e não é de “hoje”!...

Como investigadora e formadora nesta área, pude perceber que a mudança que se impõe encontra fortes barreiras nas conceções dos professores, muitas delas míticas e equivocadas; constatei ainda que, uma vez desconstruídas estas conceções, através do processo formativo, os professores já não voltam atrás, porque os resultados melhoram e os alunos ficam mais motivados, quando prevalece uma lógica de avaliação com base no feedback, na melhoria das aprendizagens e na participação.

E isto faz toda a diferença!

A pandemia causada pela Covid19 provocou um verdadeiro terramoto nas conceções e práticas pedagógicas, obrigando a refletir/repensar a avaliação... Na minha opinião, o ensino @ distância fez emergir um problema que estava submerso nas escolas: a confusão generalizada (professores, pais, alunos) entre avaliação e classificação. Outro efeito deste terramoto foi a necessidade de diversificação de técnicas e instrumentos em prol do rigor e fiabilidade da avaliação; a triangulação de dados é talvez a única forma de garantir uma aproximação à realidade, do que o aluno sabe/consegue fazer verdadeiramente.

Neste sentido, diria que, por linhas tortas, a pandemia ajudou a desbravar caminho no alcance de uma avaliação mais pedagógica... através do caos e da desordem, a julgar pelos exemplos (que circulam na internet) de grelhas e critérios de algumas escolas para este 3º período, com a justificação de que não é possível avaliar @ distância (conhecimentos, pelo menos)... velhos mitos e equívocos! Se houve aprendizagens, claro que é possível (e imperioso) avaliá-las!

Mas exclusivamente com base em testes, obviamente que não!

UM EXEMPLO “NO TERRENO”... Enquanto assessora/representante AFC do Centro de Formação do Alto Cávado (CFAC), pude acompanhar e monitorizar, nos últimos dois anos letivos, seis Agrupamentos/Escolas cujo empenho em mudar/innovar/ evoluir, designadamente no que diz respeito à avaliação, tem sido notório e notável, não obstante todos os entraves e barreiras míticas com que se têm defrontado! São eles: o AE de Amares, o AE de Moure e Ribeira do Neiva, o AE de Prado, o AE de Terras de Bouro o AE de Vila Verde e a Escola Secundária de Vila Verde... as Escolas CFAC.

A propósito dos mitos e equívocos sobre avaliação que emergiram neste 3º período, apraz-me referir que, numa recente reunião de acompanhamento (com diretores e elementos das suas equipas), pude constatar que todas estão a avaliar de acordo com

os critérios inicialmente aprovados, apenas com ajustes relativamente à ponderação de domínios/temas que não puderam ser abordados neste modelo (@ distância) e aos instrumentos de recolha de dados (nos 9º e 12º anos, pois nos restantes, abrangidos pelo DL nº 55/2018, os critérios já contemplam a possibilidade de cada professor selecionar os instrumentos que mais se adequam às necessidades de cada turma/aluno).

Este atual estado de “lucidez” das Escolas CFAC teve um caminho, que lhes permitiu, em situação de crise, manterem-se firmes, ancoradas nas conceções que foram construindo ao longo de quase dois anos de trabalho neste âmbito. E sem pretensões de tomar este exemplo como uma boa prática, partilhamos um percurso que, embora ainda longe da meta, ruma em direção a uma avaliação mais pedagógica.

Desde o início do ano 2018/19, nas reuniões de acompanhamento AFC, que se colocou a preocupação relativamente à avaliação (critérios) e a “nova legislação”. Pensei que seria um sinal do colapso de práticas avaliativas muito assentes na classificação/hierarquização/seriação, mas enganei-me! A preocupação recaía sobre os normativos em si; a fase da consciencialização viria a acontecer mais tarde... De qualquer forma, a necessidade de “novos” critérios foi um bom ponto de partida, pois levou as Escolas CFAC a envolverem-se em processos de reformulação, na expectativa de ir ao encontro da legislação em vigor, recrutando, para tal, o meu apoio/acompanhamento.

Nestas sessões de trabalho, o meu papel foi provocar a reflexão: O que é avaliar? Para que serve? O que diz a legislação? O que diz a investigação?... E assim se deu início a um longo e tumultuoso processo de desconstrução concetual que, devo referir, constituiu um momento particularmente importante na vida “avaliativa” destas escolas. Depois, surgiram propostas de layouts para construção de “novos” critérios com base no currículo... finalmente, o currículo! Não os manuais, nem os critérios de escolas vizinhas, mas as Aprendizagens Essenciais e o PASEO, “documentos curriculares de base na planificação, execução e avaliação do ensino e da aprendizagem” (DL nº55/2018).

Em junho de 2019, os layouts de cada Escola CFAC foram apresentados como proposta aos colegas, para, em conjunto, chegarem a uma versão final. Este foi outro ponto central do processo: o envolvimento de todos os docentes. A apropriação acontece, quando existe sentido de pertença, participação, envolvimento (assim nos professores como nos alunos!).

Primeiramente, em reuniões gerais para discussão e aperfeiçoamento do layout; e, posteriormente, em sessões de trabalho, tantas quantas necessárias, dos grupos disciplinares para tomada de decisões. Num misto de cansaço, entusiasmo e ansiedade, os professores avançaram com propostas muito válidas, fruto de um trabalho refletido e colaborativo, assentes nas Aprendizagens Essenciais, que alguns liam atentamente pela primeira vez, confessaram, devido à falta de tempo e sobrecarga de trabalho. Foi um ano difícil! Mas o caminho foi-se fazendo...

No entanto, como em todos os caminhos, os desvios são inevitáveis, pelo que depressa se começou a falar em grelhas Excel para operacionalizar os critérios reformulados e a avaliação depressa se transformou em classificação!

Parecia que tudo voltava ao início, mas não... havíamos começado uma caminhada

sem volta. A classificação era ainda o foco, mas davam-se passos largos que iriam alicerçar uma avaliação centrada na melhoria das aprendizagens.

Em setembro de 2019, com “novos” critérios aprovados, parecia tudo mais calmo e satisfeito nas Escolas CFAC. Obviamente, a satisfação nunca é geral e há também aqueles que vivem insatisfeitos. Dito isto, a generalidade dos professores, ultrapassado o impacto inicial, abraçou este desafio com motivação, atitude que já vem sendo habitual nesta classe profissional. E, neste início do ano letivo, foram dinamizadas pelo CFAC seis Ações de Curta Duração sobre Avaliação em todas as “suas” Escolas, também com o objetivo de divulgar o projeto MAIA (Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação), que iniciava o seu percurso e que tanto iria contribuir para a continuidade do “nosso”.

Outros momentos formativos sobre Avaliação foram dinamizados, entre eles a oficina MAIA, que teve um especial impacto: foi neste contexto de formação, reflexão e partilha que se deram novos e decisivos passos... de tal forma, que os “novos” critérios parecem já não servir!! O grupo MAIA do CFAC chega agora a conclusões cruciais, como: “Os critérios que aprovamos são de classificação e não de avaliação!”. E, embora ainda não ultrapassada a fase do desapego da grelha Excel, há já uma noção de que avaliar e classificar são coisas diferentes, pelo que me parece que está na hora de avançar, disseminando conceções e práticas, através dos ambiciosos Projetos de Intervenção elaborados pelas diferentes Escolas CFAC, que agora trabalham em rede neste âmbito.

O I Encontro CFAC sobre Avaliação Pedagógica, com a participação de todos os representantes dos grupos disciplinares das seis Escolas CFAC, para partilha, reflexão e reformulação dos “novos”, mas já velhos, critérios, realizar-se-á em julho. Em contexto de pandemia, pôs-se em causa a realização deste evento, mas, por decisão do Conselho de Diretores, este acontecerá, ainda que online, pois é fundamental que se continue a fazer caminho...

*\*Sandra Cardoso é professora na Escola Secundária de Vila Verde*